

1. Estratégia de Desenvolvimento Local, tendo por base a análise SWOT, que deverá cobrir as áreas em que sejam detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de serem da esfera da atuação do DLBC

No âmbito do processo de envolvimento da parceria e de auscultação dos parceiros relativamente à construção da EDL para a Beira Serra, não houve qualquer limitação ou condicionamento aos contributos recebidos. Assim, este é um documento amplo e abrangente, que reflete as legítimas preocupações e ambições dos agentes locais quanto ao futuro do território e o caminho a trilhar para o seu desenvolvimento integrado, independentemente da existência de recursos e de quem tem a responsabilidade para a sua resolução. O diagnóstico elaborado reflete a realidade atual, destacando-se a identificação das oportunidades relacionadas com a riqueza do potencial endógeno e dos ativos distintivos do território, muito alicerçados na paisagem natural e rural, mas também as relacionadas com os novos desafios como a transição climática e a sustentabilidade ambiental ou a importância da digitalização do território para reforçar a competitividade da economia e aqui atrair e fixar novos residentes. As acessibilidades continuam a constituir-se como um forte condicionalismo ao desenvolvimento da região e à sua capacidade de escoar as produções locais para o exterior, bem como a ineficiente gestão da floresta com as consequências que daí advêm em termos de desequilíbrio dos ecossistemas e alterações climáticas. Neste sentido, foram identificadas áreas prioritárias de intervenção, com amplitude que ultrapassa o DLBC, através das quais se visa potenciar os ativos e dar resposta às fragilidades: Economia e Inovação (agricultura, pecuária e floresta; agroalimentar e produtos locais de qualidade; cadeias curtas e mercados de proximidade; comércio, indústria, turismo e lazer; capacitação dos recursos humanos; serviços de apoio ao desenvolvimento económico; transição digital; aproximar sistema científico e tecnológico); Ambiente e Energia (sustentabilidade Ambiental; transição climática; eficiência energética; proteção dos ecossistemas e biodiversidade; economia circular e transição verde); Território e Pessoas (redes temáticas territoriais; produtos endógenos; reforço do sentimento de pertença; património natural, histórico, arquitetónico e religioso; animação territorial; qualificação e capacitação do setor turístico); Coesão e Inclusão (fixação de novos residentes; educação, formação e inclusão digital; serviços de proximidade de base social; envelhecimento ativo e saudável; igualdade de oportunidades); e Cooperação e Parcerias (afirmar voz territorial comum; redes colaborativas; associativismo e cooperação). É com base nesta abrangência que esta estratégia se apresenta como um Compromisso Transformador para a Região, para a qual têm de confluir diversos meios para que os resultados sejam os que se perspetivam.

2. Caracterização do território, com delimitação ao nível da freguesia, com enfoque para a sua tipologia Rural ou Não Rural

O território de intervenção proposto pelo GAL ADIBER/Beira Serra – comumente conhecido por Beira Serra, dada a sua proximidade com a Serra da Estrela – integra os concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua, inseridos na NUT II Região Centro, NUT III Pinhal Interior Norte, e fazem parte da CIM Região de Coimbra. Ocupa uma superfície total de 1.030,45 km², acolhe uma população de 45.449 habitantes nas suas 45 freguesias, é considerado uma zona de montanha nos Concelhos de Arganil e Góis e zona desfavorecida em Oliveira do Hospital e Tábua, de acordo com a definição da Portaria nº 377/88, sendo todas as suas Freguesias Rurais, tendo por base a classificação do GPP, existindo apenas um núcleo urbano com mais de 5.000 habitantes, a cidade de Oliveira do Hospital. É uma Região marcada por acentuada orografia, própria de um território de média montanha, influenciado pela Serra do Açor e Serra da Lousã, em contraste com os vales dos rios Mondego, Alvôco, Alva e Ceira, o que lhe confere um ambiente bastante diversificado do ponto de vista paisagístico e da biodiversidade, reforçado pela presença da Área de Paisagem Protegida da Serra do

Açor e de Sítios da Rede Natura 2000. O território que integra a Beira Serra é marcado pela sua homogeneidade geográfica e sociodemográfica, com características similares a outras regiões do interior do país, nomeadamente a diminuição de população, sobretudo nas faixas etárias mais jovens, baixa densidade demográfica e envelhecimento populacional, o que se traduz na existência de elevados índices de dependência. O seu tecido económico é composto essencialmente por micro e pequenas empresas, cuja atividade está muito relacionada com o potencial endógeno que a região oferece, embora as dinâmicas industriais da região sejam muito díspares entre os concelhos, existindo um conjunto de médias empresas que desenvolvem atividade ligadas aos sectores tradicionais, como as confeções, as madeiras e a construção civil, que requerem mão-de-obra intensiva e pouco qualificada. A região dispõe de um conjunto de infraestruturas, de organizações e de empresas instaladas para além de todo um património edificado, de riqueza histórica e cultural e de privilegiada posição geográfica no Centro de Portugal Continental. A população apresenta ainda baixos níveis de rendimentos, quer ao nível das pensões da segurança social como ao nível do ganho médio mensal, e níveis de desemprego que afetam especialmente as mulheres, a que não são alheias as reduzidas competências e qualificações profissionais. A ausência de massa crítica e de dimensão das intervenções, surge assim como um dos principais entraves às dinâmicas económicas e sociais da Beira Serra. A existência de uma cultura de parceria enraizada e a grande experiência de trabalho conjunto, têm permitido ultrapassar alguns dos constrangimentos que afetam o território e ao mesmo tempo, valorizar o seu potencial, transformando a interioridade e os seus ativos em vantagem competitiva.

3. Caracterização da parceria e definição do modelo organizacional que será seguido para a gestão de fundos comunitários, em particular no âmbito do FEADER

No âmbito da implementação dos instrumentos financeiros PIC LEADER II, LEADER+, SP3 do Proder e PDR2020, foi sendo consolidada uma ampla parceria representativa da Beira Serra, que tem demonstrado resultados extremamente positivos no processo de implementação de estratégias de desenvolvimento local. Assim, à Parceria informal constituída para a apresentação da presente candidatura, foi atribuída a denominação de “GAL ADIBER/Beira Serra 20-30”, consubstanciando-se no Conselho de Parceiros da Beira Serra (CPBS). Á presente candidatura estão associadas as Entidades com relevância na região, cuja parceria é representativa da diversidade do tecido económico, social e cultural da Beira Serra, refletindo as dinâmicas locais instaladas e o interesse que revelam na partilha de competências e na cooperação em torno de um projeto de desenvolvimento comum, conferindo-lhe a escala e dimensão adequadas à sua implementação. O **CPBS** integra um total de **132 Entidades, das quais 28 públicas e 104 privadas**, nomeadamente autarquias, administração regional, cooperativas, associações de produtores florestais, agrupamentos de escolas, escolas profissionais, entidades de ensino superior, associações empresariais, empresas, IPSS, associações culturais, recreativas e de juventude, entre outras. Esta parceria integra os setores representativos, relevantes e estratégicos para a concretização da EDL, nomeadamente a agricultura, agroalimentar, ambiente, floresta, educação, indústria, comércio e serviços, património/cultura, social e turismo, desenvolvimento local e autarquias. Foi celebrado um acordo de parceria que se encontra devidamente assinado pela Entidade Gestora e parceiros, por via das respetivas cartas de adesão, mas que será formalizado com a totalidade das assinaturas num só documento, e que descreve as competências e obrigações que cada Entidade assumirá ao nível do funcionamento do GAL e da implementação da EDL proposta. O modelo de governação proposto para o funcionamento do GAL foi construído com base em experiências anteriores que demonstraram ser eficientes e eficazes perante as responsabilidades assumidas e no modo como os parceiros são envolvidos nos processos de decisão, animação e

monitorização. O GAL é composto por diferentes estruturas: Estrutura Técnica Local (ETL), Órgão de Gestão (OG) e CPBS, que se relacionam entre si numa lógica de interdependência e de corresponsabilização, estando garantida a segregação de funções e a fiscalização sucessiva da sua atuação, de modo a implementar um circuito de gestão transparente e eficaz. A ETL é composta por um coordenador e por técnicos com formação multidisciplinar, detentores de vasta experiência e comprovadas competências na gestão e implementação de estratégias e projetos de desenvolvimento local, possuindo ainda um profundo conhecimento do território, dos parceiros e das dinâmicas instituídas. Terá uma função operacional, nas vertentes de gestão de projetos, administrativa, financeira e de animação da parceria e do território, de acordo com as diretrizes emanadas pelos outros Órgãos. A estrutura de funcionamento da ETL será definida em respeito pela segregação de funções entre o coordenador e os técnicos e entre as distintas fases que integram os processos de análise, decisão e execução dos Projetos. Os elementos que integram a ETL participam, sem direito a voto, nas reuniões dos restantes Órgãos do GAL. Ao OG compete a definição das orientações gerais necessárias à rigorosa implementação da EDL, no respeito pelas decisões do CPBS, transmitindo as suas deliberações à ETL para execução. O OG do GAL será constituído por 9 membros representativos da diversidade económica, social e cultural do território, sendo que os parceiros de direito privado estarão em maioria. O CPBS como órgão máximo do GAL onde têm assento todos os Parceiros, reunirá em plenário anual e sempre que se justificar, tendo competência para validar a EDL e qualquer alteração que seja promovida, aprovar a constituição do OG, assim como para se pronunciar sobre toda e qualquer informação indispensável à execução do programa e à concretização da Estratégia, apresentando propostas e sugestões que visem melhorar o funcionamento do GAL e a implementação da EDL. A ADIBER, na qualidade de Entidade Gestora designada pelo CPBS, assumirá a responsabilidade de representar a parceria junto das Autoridades de Gestão.

4 – Diagnóstico da situação do território de intervenção – Análise SWOT

i. População - Forças: crescente atração para as zonas rurais, dos jovens com espírito empreendedor, qualificação e especialização técnica; valorização e reconhecimento da qualidade de vida na região; aumento de iniciativas e incentivos de combate à desertificação e alterações climáticas; existência de políticas de fixação de pessoas nas zonas rurais, seja através de apoio ao retorno de imigrantes e migrantes ou através de incentivos à criação do próprio emprego. **Fraquezas:** baixa densidade populacional, com a Beira Serra a apresentar 44,15 hab./Km² e a nível nacional a registar 113 hab./Km²; decréscimo da taxa de natalidade na última década, de 5,8% para 5,1%; isolamento geográfico e social; aumento do número de idosos e diminuição do número de jovens; concentração populacional nas sedes de concelho. **Oportunidades:** regresso dos migrantes e emigrantes; acréscimo de população de nacionalidade estrangeira, 4,29% dos residentes na Beira Serra são estrangeiros (Região Centro 3,76%); atração de nómadas digitais, através do incremento do teletrabalho em zonas rurais, com recurso a espaços de coworking recentemente criados. **Ameaças:** a retração demográfica e o êxodo da população em idade ativa, conduz ao acentuado envelhecimento populacional, sendo que na Beira Serra a idade média da população é 50,74 e a nível nacional é 45,44 (Censos 2021). A população idosa (≥65 anos) cresceu 5,6%, valor que apesar de não ser positivo, é inferior ao registado em Portugal e na Região Centro. A população infantil (0-14 anos) diminuiu 23% na Beira Serra, enquanto em Portugal se registou um decréscimo de 15% e na Região Centro 17,5%; existência de declínio populacional, verificando-se na última década, uma variação negativa da população de 7,8% e a nível nacional um decréscimo de 2,1%.

ii. Economia e Emprego: Forças: existência de infraestruturas de acolhimento empresarial disseminadas na região e entidades com oferta de serviços técnicos e científicos às empresas; território com potencial identitário e diferenciador ao nível de

produtos agrícolas (azeitona, medronho, castanha, pera, maçã...), pecuários (cabra, cabrito, ovelha, borrego...) e agroalimentares (queijo, vinho, mel, azeite, bucho, enchidos, licores, doçaria...); condições e infraestruturas naturais e arquitetónicas instaladas na região, propícias para o desenvolvimento de atividades económicas ligadas ao turismo e lazer (turismo de montanha, de natureza, gastronómico, radical, religioso, cultural...); existência de eventos culturais, desportivos e gastronómicos reconhecidos, capazes de captar elevado número de visitantes e contribuir para o desenvolvimento da economia local e regional (Concentração Motoculturística de Góis, Festa do Queijo Serra da Estrela, Tábua de Queijos e Sabores da Beira, Feira das Freguesias...); crescente disponibilidade de alojamento qualificado e diferenciador descentralizado pela região, acompanhado de animação turística estruturada e organizada, ligada às potencialidades e recursos do território (montanha, rio, aventura, desporto...); genuinidade, identidade e hospitalidade das pessoas; redução das taxas de abandono e absentismo escolar; diminuição do número de desempregados (4,85%).

Fraquezas: reduzida capacidade de captação de investimento privado para a região; elevado número de empresas de reduzida dimensão, sem capacidade técnica e competitiva; diminuta oferta de emprego qualificado e especializado; crescente saída do território da população em idade ativa, através da migração e emigração, à procura de oportunidades de trabalho com remuneração superior e que permitam melhor qualidade de vida; deficientes acessibilidades rodoviárias, nomeadamente a conclusão do IC6 e ligações a Góis; ausência de escala das produções locais, dificultando a inserção em redes organizadas de distribuição, comercialização e marketing; fraca cultura e iniciativa empresarial, devido a hábitos persistentes de trabalho dependente; restauração pouco alicerçada nos produtos endógenos; reduzido tempo de permanência de visitantes no território.

Oportunidades: existência de incentivos para a modernização e internacionalização das empresas; apoios para a capacitação de recursos humanos e estímulos para a qualificação de mão-de-obra; predominância de produtos com marca reconhecida e consolidada no mercado nacional e internacional (Queijo Serra da Estrela, Vinho Dão, Mel Serra da Lousã...); crescente valorização da qualidade de vida dos territórios rurais, que potencia o retorno dos migrantes e jovens em início do seu projeto de vida; crescente relevância da economia social na região, originada pelo aumento da população envelhecida, que potencia a existência de Entidades que possuem valências sociais, e que se constituem como grandes empregadoras; existência de redes temáticas de base turística com elevado impacto externo (Aldeias de Xisto; Aldeias Históricas; Aldeias de Montanha); aproximação do sistema científico e tecnológico ao tecido empresarial local, de forma a incrementar conhecimento e inovação nos processos produtivos.

Ameaças: desfavorável contexto socioeconómico do país e da região; crescente mobilidade internacional de recursos humanos; inexistência de organizações de produtores reconhecidas, o que dificulta a estruturação dos respetivos setores de atividade; risco de deslocalização de empresas/indústrias que procuram condições mais aliantes em outros locais; burocratização excessiva de processos de licenciamento das empresas, que gera constrangimentos e desmotivação dos principais investidores; complexidade dos sistemas de gestão de qualidade e certificação dos produtos de qualidade; diminuta capacidade das empresas ao nível da concorrência e competitividade comparativamente a outras regiões mais desenvolvidas e litoralizadas.

iii. Recursos naturais e culturais: Forças: elevada qualidade dos recursos naturais, geológicos e hídricos existentes na Região; o xisto e o granito que predominam no território, dando origem a um edificado diferenciador e carismático; existência de fontes suscetíveis de produção de energias renováveis, tais como biomassa, eólica e hídrica; elevada qualidade ambiental e paisagística do território, permitindo a existência de infraestruturas de lazer e fruição; existência de vasto património histórico, arquitetónico, religioso e cultural identitário e classificado, como monumentos nacionais ou de interesse superior; existência de artesanato local, que preserva saberes tradicionais e

representa a herança cultural. **Fraquezas:** desordenamento da paisagem florestal e deficiente nível de gestão dos recursos florestais, prejudicando a biodiversidade, a manutenção dos solos e a regulação do clima; crescente abandono da agricultura de subsistência originada pelo envelhecimento da população e migração da população em idade ativa, potenciando a proliferação de espécies invasoras e o risco de incêndios; inexistência de rede articulada ao nível da inventariação e visitação do património natural e cultural. **Oportunidades:** reconhecimento da necessidade da conservação e proteção dos recursos naturais; crescente valorização referente a utilização de energias renováveis; condições edafoclimáticas favoráveis à produção de sistemas agrícolas sustentáveis; existência de água enquanto fator de atratividade turística e prática de desportos; interesse na criação de redes temáticas supramunicipais de valorização e promoção do património local; reconhecimento da genuinidade e identidade dos territórios, como fator diferenciador e catalisador de iniciativas e projetos; riqueza cultural e gastronómica. **Ameaças:** incapacidade de proteger os recursos naturais de calamidades e de evitar os efeitos das alterações climáticas; agravamento das secas e do risco de incêndios rurais; deficientes acessibilidades nas áreas florestais e agrícolas, associadas à gestão ineficiente destes espaços e à onerosa limpeza florestal; elevada dependência de energias não renováveis; Perda da herança cultural devido ao envelhecimento da população e falta de interesse dos jovens na passagem do testemunho.

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos (organização e promoção da produção, alimentação, mercados locais, cadeias curtas, energia, mobilidade, ensino, solidariedade social, inclusão, etc.): **Forças:** existência de produtos de qualidade reconhecidos com DOP e DOC na Região, com notoriedade nacional e internacional; diversidade de produções identitárias e diferenciadoras ligadas às potencialidades do território e aos saber-fazer (azeite, enchidos, doçaria, panificação, compotas, licores...), com elevado potencial de crescimento; existência de mercados locais de proximidade que permitem o escoamento e divulgação dos produtos locais; existência de diversos equipamentos desportivos e culturais, modernos e qualificados, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população; disponibilização de todos os níveis de ensino na Região, desde o pré-escolar até ao superior; existência de IPSS, ADL e outras organizações, experientes e consolidadas, que objetivam a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do território e a promoção do bem estar das comunidades. **Fraquezas:** inexistência de agrupamentos de produtores reconhecidos, o que dificulta o trabalho em rede e a cooperação; necessidade de requalificação e modernização dos mercados locais, como forma de melhorar as condições das infraestruturas e captar a atração de novos visitantes e consumidores; retração dos serviços de proximidade disponibilizados à população, nomeadamente na área da saúde; fraca capacidade de captar profissionais qualificados para o território, nomeadamente na área da saúde e educação; deficientes acessibilidades ao nível das vias de comunicação rodoviárias (nomeadamente IC6 e ligações a Góis) e transportes públicos; elevada burocratização e complexidade no acesso aos serviços públicos; deficiente oferta habitacional para os jovens. **Oportunidades:** fomentar a implementação de unidade de produção/transformação comunitária, que permita o acesso dos pequenos produtores; promover cadeias curtas de proximidade, através de apoio e incentivo à sua organização; incentivar a criação de plataformas de mobilidade e fortalecer as redes de transportes, incentivando a prática de boleias ou outras alternativas, ultrapassando a ausência de serviços públicos de transporte; promover iniciativas de inclusão da comunidade estrangeira e de valorização da interculturalidade; incentivar a criação de projetos educativos com metodologias de educação não formais/convencionais; incentivar o alargamento da capacidade das infraestruturas de apoio às famílias; aproximar os serviços às populações, essencialmente às que se encontram em isolamento geográfico; transferência de competências para a administração local em áreas como a saúde e educação.

Ameaças: multidimensionalidade da exclusão social (contextual, estrutural, social e subjetiva ou pessoal), que dificulta a intervenção neste complexo domínio; elevados custos de produção, que diminuem a competitividade do território, provocando a desregulação dos mercados; aumento exponencial do custo de vida em Portugal e na região, potenciando situações de pobreza e de carência económica e exclusão; sentimento de abandono das populações em relação ao poder político central, face à centralização de serviços; falta de respostas adequadas ao nível da saúde, habitação e transportes.

v. Transição energética e digital: **Forças:** crescente preocupação da população para o uso eficiente dos recursos energéticos e das fontes de baixo carbono; reconhecimento dos benefícios da transição energética para o ambiente, qualidade de vida e economia; existência de projetos municipais designados “Bairros Digitais” dirigidos ao comércio local; reconhecimento da segurança energética e dos custos energéticos, como fatores facilitadores da transição energética. **Fraquezas:** assimetrias regionais na instalação de serviços de comunicação, nomeadamente rede, fibra e internet; inviabilização do teletrabalho e permanência de jovens no território, devido à instabilidade das redes digitais; forte dependência das empresas e indústrias dos combustíveis fósseis, facto que dificulta a transição energética; necessidade de alterações na base tecnológica, nos padrões de consumo e nas relações socioeconómicas e ambientais. **Oportunidades:** crescente atração de nómadas digitais aos territórios rurais; existência de apoios para investimentos em projetos de transição energética para empresas e particulares; interesse na literacia digital como motor de desenvolvimento empresarial e pessoal; revitalizar as zonas rurais com o aumento da conectividade digital. **Ameaças:** dificuldade na implementação de um plano de ação para a transição digital adequado às zonas rurais; custos associados à transição energética e digital nas empresas e sociedade, dificultando a sua implementação em áreas mais vulneráveis; fraco envolvimento dos agentes e comunidade nos projetos centralizados de energias renováveis, o que sujeita a transição energética a uma lógica unidimensional de redução de emissões.

vi. Sustentabilidade e Clima (adaptação e mitigação às alterações climáticas, economia circular, bioeconomia, modos de produção mais amigos do ambiente):

Forças: Extensa área florestal, com potencial para a valorização económica de múltiplas atividades, como a produção lenhosa, de energia renovável, frutos silvestres e secos, mel e caprinicultura, prática da caça, ecoturismo e animação turística; Condições edafoclimáticas favoráveis para a prática da agricultura tradicional e sustentável e pecuária autóctone; elevado potencial e valor dos recursos hídricos; crescente cultura de preservação e proteção dos recursos naturais e ambiente. **Fraquezas:** Existência de monoculturas e gestão ineficiente da floresta; insuficiente representatividade dos pequenos proprietários nas opções de gestão e projetos de reflorestação; produção florestal intensiva e paisagem rural desordenada; deficiente limpeza das estruturas rurais, prejudicando a conservação dos solos; degradação dos açudes dos rios e alterações nos leitos e correntes de linhas de água; impacto negativo nos solos originado pelas espécies florestais não autóctones; impactos causados pelos incêndios de 2017 ainda latentes no território; estrutura fundiária marcada pela dispersão e fragmentação, e falta de cadastro. **Oportunidades:** aposta na diversificação de atividades económicas relacionadas com o território rural, associando o uso múltiplo da floresta à pastorícia, agricultura e turismo; promover a valorização dos resíduos florestais (biorresíduos e bioenergia); incentivar a arborização com espécies autóctones, ancorado num plano local de ordenamento florestal; crescente potencial para o desenvolvimento de produtos florestais inovadores de valor acrescentado; existência de condições para promover a economia verde, circular e socialmente responsável; existência de apoios para implementação de projetos de energias renováveis. **Ameaças:** inadaptação dos territórios às alterações climáticas; deficiente gestão dos recursos hídricos; existência de espécies invasoras; elevada incidência de

abandono dos terrenos agrícolas e degradação de socalcos; ineficiente gestão e monitorização ao nível da produção, recolha e valorização de resíduos; inexistência de redes de distribuição e comercialização de produtos endógenos locais, que funcionem como incentivo ao aumento das produções.

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil: **Forças:** proximidade do poder local às empresas, instituições e pessoas; cultura de cooperação e parceria enraizada e reconhecida na região; existência de ADL e instituições de apoio social dirigidas à comunidade; articulação institucional intersectorial, ao nível do público, privado e terceiro setor, objetivando o superior interesse da população; relevância acrescida do associativismo e cidadania nos territórios rurais; crescente valorização da implementação de projetos supramunicipais, como fatores de desenvolvimento integrado e articulado; experiência e conhecimento técnico instalado no território ao nível da implementação dos programas de desenvolvimento social. **Fraquezas:** diminuta qualificação das organizações da sociedade civil; fraca participação e envolvimento dos jovens em processos de cidadania e associativismo ativo; existência de assistencialismo não associado a empoderamento, originando dependências e vulnerabilidades; governança local com modelo de organização burocrático e coordenação hierárquica formal, originando a centralização dos processos e dificultando a flexibilização; instituições e associações dependentes de financiamento público e com diminutas capacidades de autofinanciamento; existência de população com elevado grau de dependência de apoios sociais e com carências económicas. **Oportunidades:** promover a realização de ações de capacitação e educação para uma cidadania ativa; fomentar a participação comunitária nos processos de diagnóstico e decisão; sensibilizar entidades locais para a importância da inovação social numa estratégia de desenvolvimento integrada, através do incremento de soluções inovadoras para desafios sociais; incentivar a criação de modelos de cooperação e de transferência de conhecimento, através de redes colaborativas. **Ameaças:** fraca cultura de participação e coresponsabilização da população nos processos de decisão e implementação de projetos; inexistência de apoios dirigidos à capacitação e valorização das organizações da sociedade civil; desertificação dos territórios rurais face à saída da população ativa com capacidade dinamizadora e catalisadora de iniciativas e projetos associativos; transferência de competências do governo central para o local, não associada ao devido reforço de competências técnicas e recursos financeiros.

5 – Desafios, Áreas de Intervenção, Enfoques Temáticos, Objetivos

A intervenção a preconizar pelo GAL ADIBER / Beira Serra 2030 no âmbito do instrumento financeiro DLBC Rural, baseia-se num processo de construção evolutivo e sustentado no desenvolvimento integrado do território, que tem vindo a ser trilhado em direção à coesão e progresso, na sequência de outros Planos e Estratégias de Desenvolvimento Local, e com foco nas novas áreas prioritárias de intervenção que se almejam para este território. Em consonância com o diagnóstico territorial apresentado no ponto 4, a macroestratégia que se apresenta procura dar resposta às problemáticas e desafios percecionados no terreno, partindo da extensa experiência do GAL e dos resultados da ampla participação e envolvimento dos parceiros e agentes locais e regionais.

Tendo presente este trabalho de partilha e cooperação das comunidades locais e regionais, a Parceria assume que o principal desafio que se coloca à Região é a de **ASSUMIR UM COMPROMISSO TRANSFORMADOR PARA A BEIRA SERRA, ATRAVÉS DE UM TERRITÓRIO +: SUSTENTÁVEL, COMPETITIVO, LOCAL, DIGNO, INCLUSIVO E LIGADO.**

Transformar o território para + **SUSTENTÁVEL**, articulando com área de intervenção **Ambiente e Energia**, e através do enfoque temático E1- **Sustentabilidade Ambiental e Transição Climática**, a que correspondem os objetivos estratégicos: OE1 – Fomentar a agricultura sustentável, o uso múltiplo da floresta e a transformação de produtos

endógenos; OE2 – Apoiar a criação de cadeias curtas de proximidade, mercados locais e sistemas alimentares de consumo territoriais; OE3 – Aumentar a resiliência às alterações climáticas, através da promoção da eficiência da gestão da água e solo, da economia circular e valorização de resíduos; OE4 – Promover a transição verde através da melhoria da eficiência energética e do incremento de energias renováveis ;OE5 – Incentivar à utilização inteligente dos recursos naturais e fomentar a proteção dos ecossistemas e biodiversidade. Tendo o território da Beira Serra características favoráveis à produção de sistemas agrícolas sustentáveis, sem tradição de culturas intensivas e com modos de produção tradicionais e ecológicos, é propósito da região apostar neste tipo de prática, que baseado em inovações científicas já disponíveis para esta atividade, possibilita a produção de alimentos saudáveis e com valor de mercado. De forma integrada e articulada a extensa área florestal vem complementar esta sustentabilidade para a região, já que possui elevado potencial para a valorização económica de diversas atividades que potenciam o uso múltiplo da floresta, como as produções lenhosa, de energias renováveis, de frutos silvestres e secos, de mel e caprinos, prática da caça, ecoturismo e animação turística. Em simultâneo, a transformação de produtos endógenos assume especial relevância, quer pela sua diversidade, identidade e qualidade, quer pelo seu reconhecimento e crescente valorização associada à floresta, à pastorícia e à agricultura. A existência de produtos locais de qualidade que se assumem como diferenciadores, fomentam a necessidade de investimento que implique uma resposta adequada às crescentes exigências dos consumidores, seja através da modernização das unidades de transformação, seja através do incremento de cadeias curtas de proximidade ou da valorização dos mercados locais, de forma a permitir a criação de sistemas alimentares de consumo territoriais, capazes de contribuir para uma economia verde, circular e socialmente responsável. Urge aumentar a resiliência do território às alterações climáticas, que se assumem como uma ameaça para o desenvolvimento dos territórios rurais, através de políticas concertadas da gestão da água e do solo, da utilização inteligente dos recursos naturais, da valorização de resíduos e da transição verde.

Transformar o território para + **COMPETITIVO**, articulando com área de intervenção **Economia e Inovação**, e através do enfoque temático E2- **Inovação, Competitividade e Conhecimento**, a que correspondem os objetivos estratégicos: OE6 – Revitalizar a economia local, fortalecer o tecido empresarial e apoiar o empreendedorismo rural; OE7 – Aumentar a competitividade e apoiar o incremento da internacionalização das empresas; OE8 - Promover a introdução de I&D, da inovação e criatividade nos processos produtivos e industriais das micro e pequenas empresas; OE9 – Fomentar a capacitação e especialização empresarial; OE10 – Reforçar a digitalização do território; OE11 – Aproximar o sistema científico e tecnológico ao território, com a integração em redes de conhecimento e aprendizagem, através da Universidade, Politécnico e ESTGOH, em articulação com o ensino profissional/CTE. Numa região ainda marcada pela dificuldade de captar investimento privado, seja pelas deficientes acessibilidades rodoviárias, seja pelos baixos níveis de capacitação e especialização dos recursos humanos, urge criar fatores de atratividade que valorizem o tecido empresarial local, potenciadas na sua integração em redes de conhecimento e inovação alicerçadas em parcerias com o SCTN, e ao reforço da digitalização no território.

Transformar o território para + **LOCAL**, articulando com área de intervenção **Território e Pessoas**, e através do enfoque temático E3 - **Reforço da Identidade Territorial**, a que correspondem os objetivos estratégicos: OE12 - Apoiar a criação e dinamização de redes temáticas territoriais; OE13 – Promover a educação para a valorização do território e reforçar o sentimento de pertença à comunidade; OE14 – Dinamizar a animação territorial concertada e articulada em rede; OE15 – Fomentar a valorização dos produtos endógenos (queijo, vinho, azeite, enchidos, frutos, ...), preservar o património material (arquitetónico, religioso, histórico, natural, ...) e imaterial (cultura, memórias, tradições, saber-fazer, ...); OE16 – Aumentar a qualificação e capacitação

do setor turístico, e fomentar a articulação entre as áreas do alojamento, restauração e animação turística. O território apresenta um potencial identitário e diferenciador de qualidade reconhecida e de património material e imaterial de interesse superior, capazes de criar sinergias catalisadoras de iniciativas e projetos baseadas em redes temáticas territoriais, que valorizam e reforçam o sentimento de pertença das comunidades locais e potenciam a capacitação e articulação do setor.

Transformar o território para **+ DIGNO**, articulando com área de intervenção **Coesão e Inclusão**, e através do enfoque temático E4 - **Promoção da Coesão e Transformação Demográfica**, a que correspondem os objetivos estratégicos: OE17 – Incentivar a atração e fixação de novos residentes, potenciando a regeneração demográfica; OE18 – Promover o desenvolvimento harmonioso do território; OE19 - Implementar a iniciativa “Aldeias Serranas”/ “Aldeias Vivas”; OE20 – Apoiar o crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo; OE21 – Fomentar iniciativas no âmbito de soluções colaborativas. Tendo presente a crescente atração de novos residentes para a região, através de retorno de migrantes e acréscimo de imigrantes, que objetivam desenvolver o seu projeto de vida na Beira Serra, potenciando o aumento da fixação da população e a regeneração demográfica, é fundamental criar as condições estruturais capazes de dar resposta às necessidades exigentes da sociedade atual e promovam a qualidade de vida e bem-estar.

Transformar o território para **+ INCLUSIVO**, articulando com área de intervenção **Coesão e Inclusão**, e através do enfoque temático E5 - **Qualidade de Vida, Bem Estar e Inclusão**, a que correspondem os objetivos estratégicos: OE22 – Promover a redução das assimetrias e desigualdades sociais; OE23 – Fomentar políticas de qualidade para a educação, formação e inclusão digital; OE24 – Aumentar, diversificar e qualificar os serviços de proximidade de base local dirigidos à população mais vulnerável e promover o envelhecimento ativo e saudável; OE25 – Ampliar a dimensão da igualdade de oportunidades, aprofundando a igualdade de género. A dimensão demográfica da região provoca problemáticas ao nível da prestação de cuidados de saúde e de âmbito social, sendo essencial reforçar a rede de solidariedade instalada, através da promoção de mecanismos de proteção social dos idosos em situação de isolamento e a promoção do envelhecimento ativo, através de novos serviços de proximidade de base social. É fundamental promover a digitalização do território como instrumento determinante para o seu futuro, estancando o aprofundamento das assimetrias e aumentando a sua capacidade de atração e retenção de novos residentes, de reforçar a competitividade do seu tecido económico e social e promover a igualdade de oportunidades.

Transformar o território para **+ LIGADO**, articulando com área de intervenção **Cooperação e Parcerias**, e através do enfoque temático E6-**Cooperação, Parcerias e Trabalho em Rede**, a que correspondem os objetivos estratégicos: OE26 – Promover projetos de cooperação intraterritorial, interterritorial e transnacional; OE27 – Capacitar o potencial humano e afirmar uma voz territorial comum; OE28 - Fomentar políticas de participação ativa e integração em redes colaborativas; OE29 – Reforçar o associativismo e as parcerias locais e regionais. A enraizada cultura de parceria e trabalho em rede existente na Beira Serra assume especial relevância, ao nível da articulação institucional intersectorial, público, privado e terceiro setor, potenciando a implementação de projetos supramunicipais, como fatores de desenvolvimento integrado e articulado. Também a diminuta qualificação das organizações da sociedade civil associada à fraca participação e corresponsabilização da população nos processos de decisão do território, origina a necessidade de fomentar a capacitação institucional para uma cultura de parceria ativa e a integração da região em redes de cooperação, que permitam a transferibilidade de experiências e competências e que promovam um modelo de intervenção participativo e coeso.

6 – Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais,

a) Reunião de apresentação e discussão de metodologia de trabalho para a elaboração da EDL, com os Municípios da Beira Serra (Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Tábua), realizada a 9 de junho, que se concretizou na criação de um grupo de trabalho entre os municípios e a ADIBER, com o objetivo de participar e acompanhar os trabalhos;

b) Sessões participativas de auscultação aos parceiros e agentes económicos, sociais e institucionais da Região da Beira Serra, com o objetivo de recolher contributos, ideias e ações a integrar na Estratégia de Desenvolvimento Local 23-27, tendo a ADIBER enquanto Entidade Líder da parceria contada com a colaboração do Projeto @GIR do IPC – Instituto Politécnico de Coimbra, na dinamização destas iniciativas, que tiveram uma metodologia de participação ativa e dinâmica. Foram realizadas 4 sessões descentralizadas pela Região: Tábua (23 de junho); Arganil (26 de junho); Góis (26 de junho); Oliveira do Hospital (10 de julho), onde estiverem presentes cerca de 80 pessoas;

c) Disponibilização de Ficha de Opinião e Contributos no âmbito da construção da EDL, no site da ADIBER (3 de julho) e nas sessões participativas de auscultação, sendo o modelo encontrado para democratizar e ampliar a participação das populações, tendo preenchido o documento 26 parceiros;

d) Reunião do Conselho de Parceiros da Beira Serra, tendo como objetivo a constituição do Conselho de Parceiros da Beira Serra (Compromisso Beira Serra 20-30), apresentação e aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Local (Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra 23-27) e subscrição do Acordo de Parceria, realizada no dia 7 de agosto, tendo participado 36 Entidades parceiras;

e) ADIBER no território enquanto Entidade Coordenadora e Executora de Contratos Locais de Desenvolvimento Social - CLDS 4G e GIAV Beira Serra – Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vitima, com concretização de diversas iniciativas, ações e seminários, nos últimos 3 anos, que permitiram o contacto e o envolvimento com a comunidade e entidades do território, podendo destacar: a realização de feiras de emprego e formação; realização de encontros intergeracionais; dinamização de academia sénior com a realização de várias oficinas temáticas a decorrer de forma descentralizada pelo território, em áreas como a informática, teatro, educação física e artes decorativas; realização de workshops dirigidos à capacitação do associativismo; dinamização de ações de formação de português para a comunidade estrangeira; realização de visitas temáticas a locais de interesse do país dirigidas aos idosos; dinamização do projeto de teleassistência para a população vulnerável em isolamento geográfico e social; gestão da loja social do concelho de Góis; realização de ações de empreendedorismo e igualdade nas escolas; concretização de iniciativas no âmbito da Igualdade de Género e do Combate à Violência de Doméstica e Violência de Género;

f) Participação em diversos fóruns locais e regionais: Conselhos Locais de Ação Social dos 4 municípios da zona de intervenção; Conselho Consultivo da ESTGOH - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital; Associado Promotor da ADEPTOLIVA – Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil; Conselho Consultivo da ADI – Associação de Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital; Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Góis; Conselho Municipal de Segurança do Município de Góis; Conselhos Municipais para a Igualdade; Conselhos Técnicos das Confrarias Gastronómicas da Beira Serra (Queijo Serra da Estrela, Bucho de Arganil, Medronho de Tábua, Carolos de Vila Nova de Oliveirinha); Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra;

· Associado da Minha Terra -Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local; ADXTUR - Rede das Aldeias do Xisto; iNature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas; Rede das Aldeias Históricas de Portugal; Rede das Aldeias de Montanha;

g) Participação num conjunto de iniciativas em todo o Território, promovidos por distintos parceiros, no âmbito dos quais foram recolhidos opiniões e ideias, para além de se aprofundar o conhecimento da realidade local e o

relacionamento com os parceiros, podendo destacar as Festa do Queijo em Oliveira do Hospital, a Tábua de Queijos e Sabores da Beira em Tábua, as Feiras e Mostras Agrícolas, Comerciais e Industriais dos 4 concelhos, através da presença com stand institucional e vários seminários, ações e reuniões técnicas com distintos setores de atividade.

7. Articulação com as estratégias regionais e sub-regionais: Articulação da EDL com a Estratégia Regional Centro 2030:

A proposta estratégica apresentada não pode estar dissociada de outras estratégias que a nível nacional ou regional influenciam esta região, pelo que a mesma está articulada com outras intervenções de modo a gerar complementaridades e potenciar os impactos no território. Na visão do Portugal 2030 e Centro 2030, há uma aposta clara na competitividade da economia, alicerçada no reforço da inovação e da transferência do conhecimento para as empresas e na generalização do processo de transição digital das empresas e dos territórios, bem como uma preocupação com os novos desafios que as alterações climáticas colocam, com enfoque no fomento das energias renováveis e na eficiência energética, bem como da sustentabilidade ambiental, com a promoção da economia circular. Não deixar ninguém para trás é um desígnio presente nos diferentes instrumentos que definem as políticas públicas para o desenvolvimento, pelo que o emprego, empreendedorismo, a educação e formação, bem como a aposta na inovação social e nos serviços de proximidade de base local, constituem áreas prioritárias. É com esta visão abrangente que a estratégia para a Região Centro se apresenta como uma oportunidade para melhorar os índices de coesão, responder aos desafios demográficos e promover a transição climática e digital em todo o território. Em linha com estas linhas orientadoras e preocupações, também presentes na Beira Serra, verifica-se que a proposta apresentada pelo GAL ADIBER / Beira Serra2030 vai ao seu encontro e com a qual está perfeitamente enquadrada e articulada, nomeadamente nos seus OP1, OP2 e OP4.

Articulação da EDL com a Estratégia Sub-Regionais: Estando a totalidade do território da Beira Serra inserido na CIM Região de Coimbra, foi efetuada a devida articulação desta proposta de estratégia com a respetiva EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra para o período 2021-2027. Há uma natural confluência de objetivos e ações a desenvolver em determinadas áreas consideradas como estruturantes, como a aposta no tecido empresarial ou da digitalização do território, os desafios da transição climática e sustentabilidade ambiental, nomeadamente na promoção da eficiência energética ou no fomento da economia circular, ou ainda os relacionados com a valorização do potencial endógeno do território ou o reforço da coesão e da inclusão social.

Esta articulação emana do relacionamento existente entre a ADIBER e a CIM Região de Coimbra no quadro do Conselho Estratégico Intermunicipal, no qual se integra este GAL, e que permite articular as ações a desenvolver e complementar as intervenções, gerando efeitos multiplicadores nos impactos que daí decorrem. A outros níveis, de salientar que existe uma proximidade com o Programa de Revitalização do Pinhal Interior, no qual está integrada a totalidade do território do GAL, cujos pilares estratégicos também respondem a vários dos desafios identificados no diagnóstico realizado para a EDL, destacando-se a importância assumida pelo observatório demográfico através do qual se pretendem identificar mecanismos de atração e fixação de novos residentes para o território. A EDL proposta pela parceria, surge deste modo num contexto de interação e concertação entre as várias intervenções estratégicas previstas para o Território, numa lógica de complementaridade e de integração que acrescente valor e responda às necessidades identificadas no respetivo diagnóstico.

Ponto 8 – Áreas de Intervenção com peso percentual de alocação de verbas

EIXOS DE INTERVENÇÃO DA EDL 23-27 – Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra							
Compromisso Beira Serra 20-30							
ASSUMIR UM COMPROMISSO TRANSFORMADOR PARA A BEIRA SERRA							
Necessidades		Enfoques Temáticos					
		E1- Sustentabilidade Ambiental e Transição Climática	E2- Inovação, Competitividade e Conhecimento	E3-Reforço da Identidade Territorial	E4- Promoção da Coesão e Transformação Demográfica	E5 –Qualidade de Vida, Bem Estar e Inclusão	E6- Cooperação, Parcerias e Trabalho em Rede
P R I N C I P A I S	PTOE8N1	++ R37;R41	+++ R37;R41	+++ R40	+++ R37;R40;R41;R42	+++ R41;R42	+++ R40;R41
	PTOE8N2	+++ R37;R39	+++ R39	++	+		+
	COE8N1	+++ R9;R10;R41	++ R9	++ R9;R10	++ R9		+
	COE8N2	+++ R37	++	+++ R39	++		++
	COE8N4	+++ R37;R39	+++ R39	++	+		+
	COE8N5	+++ R17;R18	++	++	+		+
	COE8N6	+++ R17;R18	++	+	+		+
	COE8N7	++ R37	+++ R37		++ R37;R39;R42	++ R42	+
	COE1N5	+++ R9;R39	++ R9;R39	++ R9;R39;R40	++ R9;R40		++ R40
	COE2N1	+++ R10;R39	+++ R39	++ R10;R39;R40	++ R10;R40		+++ R40
	PTOE2N1	+++	++	++	+		++

GAL ADIBER/ BEIRA SERRA 20-30

C O M P L E M E N T A R E S		R41	R41				R41
	PTOE4N1	+++ R9		++	++		
	COE4N5	+++ R9;R15	+++ R15		+		+
	PTOE4N2	+++ R9;R40	+++ R40		+		
	PTOE6N1	+++ R9		++	+		+
	COE6N4	+++ R9;R18		++	+		
	COE6N5	+++ R17;R18		++	+		
	COE6N6	+++ R17		++ R39	+		
	COE7N5	++ R39	+++ R39		++ R39		
	COE9N5	+++ R40	++ R40	+++	+		++ R10
	COE9N8	+++ R9;R18	+	++	++		
	PtOTN1	+++ R9		++	+		
	PTOTN2	+++ R39	+++		+	+	+++ R10
	PTOTN4	+++ R9	+++		+	+	
	PTOTN3	+++ R9	+++ R9	++ R9	++ R9	+++	++ R10

Legenda: - Intensidade das Necessidades/ Enfoques Temáticos: +++Necessidade forte; ++Necessidade relevante; +Necessidade indireta

- Necessidades Principais e Complementares e Resultados de acordo com a descrição da OTE n.º 174/2023

Resultados Esperados	Enfoques Temáticos						% alocação verbas PEPAC
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais	4	3	0	2	0	0	9
R.39 - Desenvolver a economia rural	7	7	4	2	0	0	20
R.40 - Transição inteligente da economia rural	1	1	3	3	0	2	10
R.41 - Interligar a Europa rural	2	3	0	2	2	1	10
R.42 - Promover a inclusão social	0	0	0	2	3	0	5
R.9 - Modernização das explorações agrícolas	8	4	3	3	0	0	18
R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento	7	0	4	2	0	2	15
R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis	5	2	0	0	0	0	7
R.17 - Solo florestado	3	0	0	0	0	0	3
R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal	3	0	0	0	0	0	3

O quadro reflete a alocação da % de verbas PEPAC aos resultados que se pretendem alcançar com a concretização dos objetivos associados a cada enfoque temático definido na Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra 23-27. Este compromisso que se assume como transformador para a Beira Serra, está baseado no histórico de trabalho do GAL em períodos anteriores de programação, no diagnóstico efetuado à Região, no envolvimento e participação da parceria na construção da EDL e tendo presente os novos e diferenciados desafios que se colocam aos territórios rurais. Podemos destacar a relevante perspetiva ao nível de resultados, tendo em consideração a intervenção na economia rural, seja através da modernização e capacitação de explorações agrícolas e outras empresas rurais, seja através da transição verde, energética e digital, na melhor organização da cadeia de abastecimento dos produtos agrícolas, ou ainda no acesso a serviços e infraestruturas. O crescimento do emprego na Região, é também um propósito a concretizar, alicerçado nas oportunidades relacionadas com a riqueza do potencial endógeno e dos ativos distintivos do território, a que se deve associar a inovação, a competitividade, a sustentabilidade, o conhecimento, como motores de desenvolvimento da Beira Serra, contribuindo para atrair e fixar novos residentes na Região. A identidade territorial, alicerçada nos recursos naturais, nos produtos locais, no carácter distintivo e resiliente das pessoas, na qualidade de vida e na enraizada cultura de parceria e cooperação, irão contribuir fortemente para alcançar os resultados esperados no âmbito da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra.

9. Plano de Ação com objetivos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC

ASSUMIR UM COMPROMISSO TRANSFORMADOR PARA A BEIRA SERRA					
Transformar o Território	Áreas de Intervenção	Enfoques Temáticos	Objetivos Específicos	Necessidades	Resultados
+ Sustentável	Ambiente e Energia	Sustentabilidade Ambiental e Transição Climática	OE1 a OE5	PTOE8N1;PTOE8N2;COE8N1;COE8N2;COE8N4;COE8N5;COE8N6;COE8N7;COE1N5;COE2N1;PTOE2N1;PTOE4N1;COE4N5;PTOE4N2;PTOE6N1;COE6N4;COE6N5;COE6N6;COE7N5;COE9N5;COE9N8;PTOTN1;PTOTN2;PTOTN4;PTOTN3	R37; R39; R40; R41; R9; R10; R15; R17; R18
+ Competitivo	Economia e Inovação	Inovação, Competitividade, Conhecimento	OE6 a OE11	PTOE8N1;PTOE8N2;COE8N1;COE8N2;COE8N4;COE8N5;COE8N6;COE8N7;COE1N5;COE2N1;PTOE2N1;COE4N5;PTOE4N2;COE7N5;COE9N5;COE9N8; PTOTN2; PTOTN3; PTOTN4	R37; R39; R40; R41; R9; R15
+ Local	Território e Pessoas	Reforço da Identidade Territorial	OE12 a OE16	PTOE8N1;PTOE8N2;COE8N1;COE8N2;COE8N4;COE8N5;COE8N6;COE1N5;COE2N1;PTOE2N1;PTOE4N1; PTOE6N1;COE8N4;COE8N5;COE8N6;COE9N5;COE9N8;PTOTN1; PTOTN3	R39; R40; R9; R10;
+ Digno	Coesão e Inclusão	Promoção da Coesão e Transformação Demográfica	OE17 a OE21	PTOE8N1;PTOE8N2;COE8N1;COE8N2;COE8N4;COE8N5;COE8N6;COE8N7;COE1N5;COE2N1;PTOE2N1;PTOE4N1;COE4N5;PTOE4N2;PTOE6N1;COE6N4;COE6N5;COE6N6;COE7N5;COE9N5;COE9N8;PTOTN1; PTOTN2;PTOTN4; PTOTN3	R37; R39; R40; R41; R42;R9; R10
+ Inclusivo		Qualidade de Vida, Bem-Estar e Inclusão	OE22 a OE25	PTOE8N1;COE8N7;COE7N5;PTOTN2;PTOTN4;PTOTN3	R41;R42;
+ Ligado	Cooperação e Parcerias	Cooperação, Parcerias e Trabalho em Rede	OE26 a OE29	PTOE8N1;PTOE8N2;COE8N1;COE8N2;COE8N4;COE8N5;COE8N6;COE8N7;COE1N5;COE2N1;PTOE2N1;COE4N5;PTOE6N1;COE9N5;PTOTN2;PTOTN3	R40;R41;R10